

desinformémonos

Revista Comunitária Bimestral - Número 15 - outubro / novembro 2011 - www.desinformemonos.org

SEGUNDO ANIVERSÁRIO



Autodefesa de comunidades Indígenas no México



A oposição à militarização e ao saque de recursos naturais na Nigéria



A Palestina existe: reconhecimento já



La Patrona, um oásio no caminho dos migrantes da América Central



**No Japão
Notícias
cinco meses
depois do
terremoto**

REPORTAGENS

As mulheres na Montanha de Guerrero

No Chile
Da má educação à revolta social

A guerra dos Guarani-Kaiowá

Canadá *Uma caminhada contra a morte e a destruição*

OS NOSSOS

Marcos Roitman
Os indignados: o retorno da política

Autodefesa de comunidades Indígenas, sem a «permissão» do governo

Comunidades indígenas reclamam o direito à autodefesa, restaurando o policiamento comunitário, com guardas e patrulhas, esses órgãos de vigilância tradicionais são protegidos pelo direito internacional.

Edição de uma reportagem de Gloria Muñoz Ramírez

Fotos: Clayton Conn, Federico Ortiz e arquivo da Polícia Comunitária

Cherán e Ostula, Michoacán; e San Luis Acatlán, Guerrero. Violência, pilhagem, instituições de segurança ineficientes ou cúmplices do crime, descrédito dos partidos políticos e corrupção levaram populações indígenas dos estados de Michoacán e Guerrero, em México, a assumir o comando da sua autodefesa.

Não são grupos armados contra o governo. Os povos Nahuas de Ostula, o Purhépecha de Cherán e os povos tlapancas, mixtecos, Nahuas e mestiços da Montanha e Costa Chica do estado de Guerrero organizam-se, segundo o seu direito tradicional, contra o crime e aqueles que querem tirá-los dos seus territórios. E não é por acaso que as três experiências se desenvolvem em comunidades indígenas: “São os povos indígenas os que estão oferecendo uma alternativa para o país”, observam em Cherán.

A ameaça em Ostula é a construção de uma super autoestrada e um plano de turismo que projeta construções diversas. Aqui a comunidade reivindica o seu direito de proteger os mais de mil hectares de terra recuperadas em 2009, no terreno chamado Xayakalan.

A resposta do governo não tem sido boa, dizem. “Exigimos o reconhecimento da nossa polícia, mas se isso não acontecer, vamos continuar de qualquer jeito.”

A comunidade decidiu não participar nas próximas eleições em novembro porque, segundo eles, governos e partidos são a favor do saque e da exploração prejudiciais às comunidades, e não cumprem a promessa de reconhecer as terras recuperadas, nem de dar garantias para o funcionamento da polícia comunitária.



Na montanha de Guerrero, 65 comunidades têm órgãos de fiscalização e sistema de justiça próprio: a Coordenadora Regional de Autoridades Autônomas (CRAC) - Polícia Comunitária, responsável pela segurança da região por quase 16 anos período em que a criminalidade caiu 90%. Agora, a sua prioridade é defender o território dos projetos de mineração britânicos e canadenses.

O governo deu um ultimato para que se desarmassem, mas eles disseram que são um grupo para colaborar na segurança da população. Sua relação atual - ainda existem mandados de prisão contra eles -, “é de não confrontar, pois não estamos disputando o poder com eles.”

As empresas de mineração trazem “destruição ambiental, envenenamento e saque”. Por isso, decidiram não permitir a mineração nos seus territórios. Os governantes “devem garantir e fazer respeitar o direito à consulta. Temos o direito histórico de defender o uso e a preservação das nossas terras e do nosso território” informou a CRAC.

Em Cherán, a riqueza das florestas está ameaçada; os seus habitantes recuperaram as guardas tradicionais para se defender contra empresas madeireiras e para cuidar da segurança interna da comunidade. Desde então, reduziu-se o desmatamento consideravelmente, a taxa de crimes caiu 90% e o alcoolismo foi reduzido em 50%.

O governo dá conta de responde às demandas dessas comunidades: “Para eles convém. Vêm na gente algo passível de saque político, mas a comunidade decidiu que eles não vão entrar, muito menos os órgãos eleitorais”.

Até agora, o governo organiza brigadas de reflorestamento “para recuperar aos poucos a floresta”.

Em Guerrero e Ostula, os integrantes da guarda tradicional são voluntários não remunerados. Não importa o que aconteça, dizem: “O processo que começou não tem mais retorno. Já não vamos entregar de volta nossa segurança ao governo.”

Leia a reportagem original em <http://desinformemonos.org>

A guerra dos Guarani-Kaiowá: Reza para parar bala. Retomada para andar justiça.

Do acampamento que o grupo de indígenas Guarani-Kaiowá mantinha na beira da estrada no município do Iguatemi, não sobrou barracas, pertences ou comidas, tudo foi queimado. No dia seguinte o grupo voltou ao local e afirma que só deixaram a área depois que suas terras tradicionais forem demarcadas.

Por Joana Moncau

Fotos: MPF

Mato Grosso do Sul, Brasil. Os disparos vinham em sua direção. Ergueu os braços para os céus com o Mbaraka na mão e rezou. Uma bala de borracha acertou suas costas. Mesmo ferido, o xamã Guarani-Kaiowá de mais de 60 anos, não parou de cantar. Do acampamento que o grupo de quase 30 indígenas Guarani-Kaiowá mantinha na beira da estrada no município do Iguatemi, não sobrou barracas, pertences ou comidas, tudo foi queimado. Pelo menos quatro indígenas foram feridos pelas balas de borracha e espancados. Acampavam ao lado da Fazenda Santa Rita, que pertence ao prefeito desse município. Lá está o território indígena tradicional conhecido como Pyelito Kue – Mbarakay que reivindicam desde longa data.

A mais recente tentativa de retomada da área teve início no último dia 09 de agosto. O grupo de Guarani-Kaiowá ocupou parte da Fazenda Santa Rita. Não se passaram quatro dias para que sofressem violentos ataques por parte dos pistoleiros encapuzados e armados. Os jagunços disseram que deixariam eles saírem vivos dessa vez, mas que não sairiam com vida se retornassem”.

Ameaçados, deixaram a fazenda para montar o acampamento na beira da estrada que faz divisa com a mesma e seguir com sua luta. Mesmo assim, foram atacados no último dia 23. Se a ameaça não cessou, a determinação dos indígenas se fortaleceu. “Voltamos para o mesmo lugar, onde havia barraco queimado levantamos outro no lugar”, conta membro do grupo. Seus integrantes afirmam: “Vamos ser enterrados aqui, daqui não saímos, vivos ou mortos estamos aqui”. O ataque está sendo investigado pelo Ministério Público Federal (MPF) e pela Polícia Federal (PF).



Das outras retomadas

Em julho de 2003, o grupo Guarani Kaiowá que ocupou a área Mbarakay já havia tentado retornar à Terra Indígena Pyelito Kue – Mbarakay. A ocupação não durou dois dias, foram expulsos por pistoleiros das fazendas da região, que invadiram o acampamento dos indígenas, torturaram e fraturaram as pernas e os braços das mulheres, crianças e idosos.

Em dezembro de 2009, o grupo retornou à região e foi espancado, ameaçado com armas de fogo, vendado e jogado à beira da estrada em uma desocupação extrajudicial, promovida por um grupo de pistoleiros a mando de fazendeiros da região. Na ocasião, mais de 50 pessoas, inclusive idosos, foram espancadas, e um adolescente desapareceu.

O maior grupo indígena do Brasil

Os Guarani-Kaiowá formam o maior grupo indígena do Brasil: são 45 mil pes-

soas que vivem no Mato Grosso do Sul. Nesse estado, que abriga a segunda maior população indígena do país, esse grupo sofre constante violência e racismo. Os Guarani-Kaiowá vivem em pequenas “ilhas” de terra que, somadas, alcançam pouco mais que 42 mil hectares. Acossados pelos fazendeiros, rodeados por pastagens e plantações de soja e cana, sem terra, nem mata – da mata original ali não restam mais que 2% –, lutam a duras penas para sobreviver.

Em 2008 a Funai lançou um pacote de grupos de identificação de terras indígenas no estado. Está previsto o reconhecimento e a demarcação de terras indígenas em 26 municípios da região sul do Mato Grosso do Sul, entre elas Pyelito Kue – Mbarakay. As ocupações das terras reivindicadas pelos indígenas são para pressionar pela rápida conclusão dos trabalhos de identificação, a cargo da Funai.

Leia a reportagem original em <http://desinformemonos.org>

As mulheres na Montanha de Guerrero:

o outro braço da justiça comunitária

Texto e Fotos: Coletivo Construindo Resistencias

“Tudo começou quando escutamos a Comandanta Ramona, a Comandanta Esther e as mulheres zapatistas”

Guerrero, México. A experiência zapatista chegou aos ouvidos das mulheres da Montanha e Costa Chica de Guerrero. As mulheres de Guerrero escutaram com atenção a experiência das mulheres do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), as quais, depois de longas discussões e reflexões, deram vida à Lei Revolucionária das Mulheres Zapatistas. Uma mulher a quem chamavam por Comandanta Ramona e outra a quem chamavam por Comandanta Esther eram as que levavam a todos os lados a palavra de todas suas companheiras. E não apenas isso, eram comandantas! Ocupavam cargos importantíssimos nas filas armadas e suas palavras eram ouvidas e respeitadas, porque não falavam em nome de Ramona e Esther, mas em nome de todas as mulheres zapatistas, e os homens, seus companheiros, escutavam-nas e as respeitavam.

Uma das mulheres de Guerrero se levantou e e perguntou às demais: “E nós? Quando vamos fazer nossas leis de mulheres?”

As mulheres na Polícia Comunitária

São quase 16 anos de justiça comunitária na Montanha e Costa Chica do estado de Guerrero, com a conquista de resultados que nenhum órgão de justiça estatal conseguiu alcançar em lugar nenhum do país. Aqui, a Coordenadoria Regional de Autoridades Comunitárias - Polícia Comunitária (CRAC-PC) é exemplo de luta, de resistência, de constância e de coerência, mas também foi e continua sendo objeto de ameaças, de acusações infundadas, e suas comunidades, além de serem marginalizadas, enfrentam tentativas de despejo cada vez mais vorazes. Seu território está na mira de um dos piores monstros do capitalismo: as mineradoras.

É nesse contexto que se desenvolve e cresce um sistema de justiça, é aí também que os povos me'phaa, ñuu savi, mestiços y afrodescendentes vivem e comungam com a natureza e seus deuses. ‘É importante que as mulheres tenhamos voz e voto porque nós também temos o direito de ocupar cargos grandes e não devemos ficar apenas na cozinha’, afirma Adelaida Cayetano Herrera, da comunidade de Chilixtlahuaca.

Sem a participação ativa das mulheres, o processo de justiça comunitária não poderia se consolidar completamente. A base para dar esse passo significativo já existe, porque contam com um órgão de repartição de justiça que pode garantir que se cumpram os pontos firmados na Carta de Direitos das Mulheres.

Um ano já se passou desde a apresentação da Carta dos Direitos das Mulheres às autoridades comunitárias em Zitlaltepec, Guerrero. Ao longo desse ano, as mulheres não tiraram o dedo da ferida e continuaram trabalhando em suas comunidades. Alguns comitês mudaram, ficaram maiores, as responsabilidades foram distribuídas e novas integrantes foram nomeadas.



A organização de mulheres na Montanha também chegou a outras regiões, e a CRAC sabe que é importante que, em toda e em cada uma de suas comunidades, o respeito e a participação das mulheres seja garantido e aceito por seus membros, os quais estão certos de que a luta é impossível sem a outra metade do céu, a outra metade do mundo, sem a outra metade da resistência, da luta: as mulheres.

Para ler o texto completo acesse <http://desinformemonos.org>

La Patrona, um oásis no caminho dos migrantes

Ao passar por México, os migrantes centro-americanos são vítimas de sequestros, assaltos e extorsões. Em um pequeno lugar de Veracruz, entretanto, são recebidos por um grupo de mulheres valentes que lhes oferece esperança.

Edição de um texto de Sergio Adrián Castro Bibriesca

La Patrona, Amatlán, Veracruz. A poucos metros do caminho por onde passa o trem que vai rumo aos Estados Unidos levando a centenas de migrantes centro-americanos, um grupo de mulheres oferece esperança àqueles que vão em busca do sonho americano, presenteando-lhes com alimento, água e apoio moral para seguir o caminho que trilharão rumo ao desconhecido.



São conhecidas como Las Patronas. “Somos doce”, diz Bernarda, uma delas. “Cada uma tem um papel, um dia é sua responsabilidade ir pelo pão, no outro dia fazer a comida. O dia começa às sete da manhã: vamos buscar pão e preparamos os alimentos que proverão energia a nossos irmãos centro-americanos”.

“Todas temos maridos, filhos, e algumas vezes não podem ajudar, mas são substituídas e sempre nos apoiamos”, complementa Norma, líder do grupo de mulheres. São preparados cerca de 200 alimentos, e “algumas vezes não é suficiente para todos”.

Para as mulheres de La Patrona o tempo urge. O trem passa “quase sempre, depois das duas da tarde” e elas tem que estar com tudo pronto para quando o apito do trem soar.

“Não recebemos apoio do governo nem dos partidos”. A ajuda que temos vem das doações de mercearias, vizinhos, jovens comprometidos e de gente que se aproxima com alguma ajuda específica “como água em garrafas de plástico e arroz com feijão”.

Às bolsas com comida, as mulheres adicionam informação sobre direitos dos migrantes. “Informados, podem se defender melhor”, afirma Bernarda.

Não é sempre que o trem para ali. “Existe de tudo. Maquinistas gente fina, que param para que todos possam pegar as bolsas, mas tem outros que não param”, explica Julia.

Esta história de solidariedade começou “em um sábado pela manhã. Caminhava com minha irmã para casa, tínhamos comprado pão e leite. Jovens centro-americanos nos pediram alimento e lhes demos. No dia seguinte, em família, comentamos sobre o ocorrido e decidimos começar a preparar os lanches na segunda-feira”, lembra Bernarda. Desde esse 4 de fevereiro de 1995, a atividade de Las Patronas não parou mais.

“Também nos organizamos para nossas viagens e oficinas, como a que faremos em Ixtepec, Oaxaca, com o padre Alejandro Solalinde”. Norma diz que não tinham ideia de no que se transformaria essa “simples ajuda”. Agora “existe a responsabilidade de transmitir a experiência a outros lugares”.

“Temos muito trabalho e não podemos nos entregar. Assim como os migrantes não se queixam, nós também não. Assim como eles caem e se levantam, com essa força que têm, assim devemos nos levantar e seguir adiante”, sustenta Norma.

A experiência de Las Patronas e a migração

Para Norma sua experiência deixa claro que “cada vez estão mais jovens aqueles que migram. Em média a idade deles varia dos 12 e 13 anos aos 25 anos e quase 80% são hondurenhos, os demais são salvadorenhos, guatemaltecos e nicaraguenses”.

“As razões para que deixem seus países quase sempre estão relacionadas à falta de trabalho, mas atualmente também são expulsos pela delinquência”.

Ao passar por México sofrem extorsão por parte das autoridades e de pessoas comuns. “Existem lugares em que o trem para, que as pessoas abrem seus negócios e vendem tudo muito caro. Todos tiram proveito dos migrantes”.

“O mais difícil”, lamenta Norma, “é mudar a sociedade civil, que é quem coloca as primeiras barreiras. O papel das autoridades, já sabemos como é. O trabalho é mudar a mentalidade das pessoas, para que, em vez de jogar pedras contra o trem e os migrantes, joguem água e comida”.

O texto completo pode ser lido em <http://desinformemonos.org>

A oposição à militarização e ao saque de recursos naturais na Nigéria

Na África, o povo Ogoni está unido e organizado contra a realocação de uma base militar e a exploração do petróleo em suas terras ancestrais.

Texto e fotos: Pedro Flores

Ogoni, Nigéria. Dois jovens Ogoni, Goteh Keenam e Dambani Kuenu, de Zor-Sogho, no Estado de Rivers, na Nigéria, foram mortos pela polícia durante um protesto contra o plano do governo para instalar uma base militar Bori no território Ogoni. Embora essas execuções extrajudiciais sejam muito comuns em Ogoni* e na Nigéria, os assassinatos e a crescente resistência à realocação da base Bori sugerem que se está próximo de um nível de confrontação sem precedentes durante anos.

Nos anos noventa, o povo Ogoni organizou um grande movimento de resistência pacífica para expulsar do seu território a multinacional petrolífera Royal Dutch Shell. A resposta da ditadura militar da Nigéria foi um total desrespeito ao povo Ogoni e às suas terras. Os líderes do Movimento para a Sobrevivência do Povo Ogoni (MOSOP), organização que liderou o movimento anti-Shell, foram desaparecidos, e milhares de Ogoni foram assassinados, mulheres violadas ou levadas à força. Apesar da morte e da destruição, os Ogoni conseguiram tirar a Shell das suas terras. Mas a devastação causada durante o conflito persiste e o MOSOP jamais se recuperou plenamente e fragmentou-se.

Agora, os tiroteios em Sogho e a obstinação do Governo do Estado de Rivers para realocar o quartel militar em Ogoni, contra a vontade do povo, tiveram um efeito unificador. Facções do MOSOP que se recusaram a trabalhar juntos se uniram. Há manifestações que não eram vistas em anos. E ambos, tanto os Ogoni como os seus apoiadores em todo o mundo, estão se reunindo para dar voz ao “não!” coletivo à base militar.

O conflito na década de noventa causou aversão à presença militar no Ogoni, mas



há questões geográficas, demográficas e políticas que fazem da transferência da sede militar do Bori algo ainda mais controverso. Extensões massivas de terra Ogoni foram expropriadas nos últimos anos para beneficiar as companhias de petróleo multinacionais e o governo federal da Nigéria, tornando muito difícil o acesso à pesca e às terras de cultivo, que são a espinha dorsal da economia tradicional e dos meios de subsistência desse povo.

Mas por que será que o Governo do Estado de Rivers deseja sediar o quartel Bori em Ogoni? É simples: pelo petróleo. O governo da Nigéria quer estabelecer uma presença militar para garantir o livre fluxo de petróleo. Shell sabe que não há volta atrás em Ogoni, e, portanto, têm tentado vender suas concessões no território ao longo dos últimos dois anos. Por outro lado, o governo nigeriano está pavimen-

tando o caminho e criando condições favoráveis para o retorno das companhias petrolíferas multinacionais à Ogoni.

Em resposta, o MOSOP e outros ativistas Ogoni reuniram-se no Centro Ogoni da Paz e Liberdade, na cidade de Bori, para condenar a constante violação dos direitos humanos do povo Ogoni por soldados armados, e exigiram a retirada imediata das tropas do Ogoni. Da mesma forma rejeitaram qualquer aquisição de terras em Ogoni, seja para a proposta de uma instalação militar ou para fins agrícolas, e apelaram ao governo para que detenha quaisquer atividades de prospecção.

* A palavra “Ogoni” refere-se de igual forma às pessoas e ao seu território

Você pode ler a história completa em:
<http://desinformemonos.org>

Entrevista com Randa Nabulsi, embaixadora da OLP no México

A Palestina existe: reconhecimento já

O atual pedido de reconhecimento do Estado Palestino pela ONU não é uma dádiva, e sim um compromisso

Edição de entrevista realizada por Gloria Muñoz Ramírez

México. Depois de haver chegado a um beco sem saída com o governo de Israel, a Palestina exige seu reconhecimento como Estado membro da ONU com os limites de 1967. Randa Nabulsi, embaixadora da Organização para a Libertação da Palestina (OLP) no México e chefe da delegação especial da Palestina no país, explica em entrevista a Desinformémonos que “recorrem às Nações Unidas para que assumam sua responsabilidade sobre o tema porque, entre outras coisas, toda a pressão exercida pela Comunidade Europeia e pelos Estados Unidos para que se detenha a política de construção de assentamentos não tem surtido efeito”.

Depois de 19 anos de negociações com Israel, dois anos atrás Palestina decidiu interrompê-las. Nesse período, Israel quadruplicou os assentamentos e construiu o muro de separação, agredindo o direito internacional e a Corte Internacional de Justiça de Haia. “Decidimos parar as negociações até que Israel pare com a construção de assentamentos e até que tenhamos termos de referência em relação a tempo e fronteiras”, explica Nabulsi.

A Palestina está ciente de que, se obter um assento nas Nações Unidas, não mudará muito do cotidiano em seu território. “Mas passaríamos a ser um Estado sob ocupação, e já não mais territórios palestinos, o que reforçaria todas as resoluções tomadas previamente pelas Nações Unidas”, diz ela.

São 44 anos de ocupação, que significam não haver desfrutado nem um só dia de liberdade. “Podem imaginar como isso é horrível? A vida diária é diferente num lugar e noutro. Os palestinos em Gaza estão em uma grande prisão com o desumano bloqueio imposto por Israel”.



Há 650 postos de controle militar permanentes entre cada vila e cidades, além de centenas de postos de controle não permanentes. “Isso faz da vida dos palestinos um inferno: há bebês que nasceram nos postos de controle militar, pessoas doentes que morreram antes de chegar aos hospitais, crianças que não chegam para a prova na escola e um grande etcétera de atrocidades”.

Outra situação grave é a dos prisioneiros palestinos nas prisões israelenses. “São 11 mil presos. Dezenas deles passaram pelo menos 40 anos na prisão em “condições especiais”. Estão em barracas de acampamento no meio do deserto”.

A representante da OLP no México sublinha que, apesar de todos esses problemas, “acabamos de conseguir construir

a infra-estrutura para um Estado independente, de acordo com o Banco Mundial, a União Européia e o Banco Monetário Internacional. Por isso decidimos que estamos prontos para governar-nos a nós mesmos, só queremos nos livrar dessa ocupação”.

O atual pedido de reconhecimento do Estado Palestino na ONU não é uma dádiva, e sim um compromisso. “A autodeterminação não se dá, se conquista”, indica a embaixadora. Palestina declarou sua independência em 1988, em Argel, e desde então 131 países já a reconheceram, quer dizer, dois terços da comunidade internacional. Seguimos esperando que os demais nos reconheçam”.

Para ler o texto completo, visite <http://desinformemonos.org>

Os indignados: O retorno da política

“Entre todos, devemos resgatar a política daqueles que a sequestraram e fizeram dela um ofício espúrio, distante do bem comum e dependente dos poderes empresariais e financeiros”: Marcos Roitman, professor de sociologia da Universidade Complutense de Madri.

Edição do texto de Marcos Roitman Rosenmann

Madri, Espanha. Vivemos de incerteza. A vida é um processo sem caminhos preestabelecidos. Algo similar ocorre com o capitalismo. Suas certezas não são tantas. Aqueles que desenham seu esboço sabem disso; razão suficiente para criar diques de contenção de onde possam controlar o movimento das águas. A segurança sobretudo. O capitalismo vive aos sobressaltos, oscilando entre a razão de Estado e as Forças Armadas, evitando transbordar, e, entretanto, como aprendizes de bruxo, os capitalistas liberam forças incontroláveis, saturando sua capacidade interna de absorver conflitos. Dessa maneira, o dique de contenção racha até produzir uma falha generalizada. Nessas circunstâncias, os chamados atrativos jogam um papel decisivo. É a gota d'água que faltava para o copo transbordar. Essa circunstância se repete em todos os movimentos sociopolíticos ocorridos no mundo.

Como explicar a insurgência cidadã. O resgate da política

Na Espanha o chamado movimento dos “indignados” começou como parte de uma manifestação “marginal”, sem o apoio dos sindicatos e das forças políticas majoritárias. Minoritária, a princípio, acabou com acampamentos nas praças públicas da maioria das cidades do país. Mas foi a intervenção das forças da ordem pública, tentando desalojá-los, o que acendeu o pavio. Em Madri, a praça Puerta del Sol se converteu em símbolo da resistência. O protesto se generalizou, e o 15M tomou corpo.

Aqueles que participam dessa rede tiveram a virtude de ressuscitar o sentido ético da política. Resgatá-la das garras do mercado e devolvê-la para a centralidade, que nunca devia ter perdido para o poder econômico. Não são apolíticos, nem ingênuos ou utópicos. O caminho proposto é: fazer política desde baixo, romper o



círculo da hegemonia dos partidos e dos movimentos político-sociais tradicionais, sindicatos e ONGs. A busca de um consenso desde baixo é uma experiência em que a cidadania é reconhecida. Nas assembleias de bairro participam jovens, mulheres, anciãos, profissionais, trabalhadores, ou intelectuais. É uma escola de fazer política. A política está ligada aos problemas reais dos bairros, do povoado, cidade e de seus habitantes. Nesse sentido, a cidade se redefine. Politiza-se e reeduca-se na cultura cívica. A recuperação do espaço público é em si mesma a negação de um modelo de cidadania e a reivindicação de outro: o do cidadão crítico.

Os indignados, a política e os intelectuais

Nessa dinâmica, o intelectual, não o ideólogo, nem o teórico enlatado, comparsa do poder,

tem designado um papel irrenunciável. Nesse momento, a palavra é uma arma fundamental para mudar o mundo. Se não tivermos uma linguagem que nos identifique, o poder e o sistema se encarregarão de produzir os conceitos transformando-nos em bonecos de ventríloquo sem voz própria, mas apenas aquela empres-

tada e seu amo. Por isso, uma virtude do movimento de indignados, entre outras, consiste em que tem voz própria. Ninguém fala por eles. São seus membros que, com a finalidade de propor, denunciar e construir alternativas, criaram sua própria linguagem. Sua experiência, sem nenhuma dúvida, soma-se às lutas pela dignidade, pela justiça e pela democracia, cujas raízes passam pelo grito de “¡Ja basta!” lançado da Selva Lacandona no dia 1o de janeiro de 1994, pelo EZLN.

E agora, o que segue? Organizar a indignação

É preciso caminhar passo por passo. Uns contribuindo com experiência e aprendendo novas práticas com humildade e sem protagonismos midiáticos. Entre todos, devemos resgatar a política daqueles que a sequestraram fazendo dela um ofício espúrio, distante do bem comum e dependente dos poderes empresariais e financeiros. O esforço vale a pena. Oxalá entre todos consigamos alcançar esse objetivo. Para isso a indignação se organiza.

O texto completo pode ser lido em
<http://desinformemonos.org>

Notícias cinco meses depois do terremoto

Parece que a vida segue normalmente, mas é um engano: o acidente nuclear ainda não acabou.

Tampouco a resistência e a oposição.

Edição da entrevista de Sono Ryota e Tsukakoshi Miyako da Ação Anti-Nuclear, com a colaboração de Inaba Nanako.

Tóquio, Japão. Aqui estivemos em um ambiente de emergência durante um mês, com escassez de alimentos, transporte e eletricidade, ainda que esta última tenha sido uma invenção da TEPCO (Companhia Elétrica de Tóquio) para nos convencer de que precisávamos de uma usina nuclear. Ainda que as usinas nucleares danificadas emitam radiações, não é possível vê-las; além disso, nem o governo, nem a TEPCO, informam sobre o que realmente acontece em Fukushima. Por isso o que aconteceu foi esquecido rapidamente: não estamos informados e o governo nos obriga a seguir com uma vida normal para que as empresas funcionem.

As mudanças

Por causa da contaminação radioativa, tentamos comer apenas verduras de estufas fechadas, as pessoas deixaram de pendurar suas roupas nos varais ao ar livre e existem iniciativas para que as crianças de Fukushima se refugiem para onde o nível de emissão radioativa é menor. Os trabalhadores das usinas nucleares, para não perder o emprego, se vêem obrigados a trabalhar. Alguns são contratados para exercer um trabalho precário que não tem acompanhamento de saúde.

A resistência

Diminuir a importância da catástrofe faz com que menos pessoas se interessassem pelas manifestações, mesmo assim, cada vez mais gente está sensibilizada com a contaminação radioativa. O governo lançou a mensagem: “Lutemos juntos diante das dificuldades da nação” e, inclusive movimentos anti-nucleares que surgiram nos anos de 1970, resistem em se manifestar.



Não podemos aceitar isso: o terremoto foi uma catástrofe natural, mas o acidente na central nuclear é um desastre humano do qual o governo é responsável. As vítimas são os habitantes obrigados a deixar suas casas, assim como os trabalhadores mobilizados para colocar um fim no acidente.

Fizemos uma manifestação na frente da TEPCO; esperávamos a 20 pessoas, mas compareceram cerca de 1 mil e duzentas. Duas semanas depois, 15 mil pessoas se manifestaram no bairro de Koenji, em Tóquio.

No âmbito político não vemos resultados concretos. Ainda que o primeiro ministro tenha anunciado a substituição gradual da energia nuclear, não é possível dizer que tenha sido em resposta aos protestos. Os municípios que têm usinas nucleares resistem para que essas parem.

Pela primeira vez no Japão, movimentos e jovens que não tinham como bandeira a questão nuclear se uniram em uma jornada de ação unitária anti-nuclear. Nos lugares onde estão as centrais, os movimentos se tornaram ainda mais ativos e a

ele se uniram pessoas que nunca haviam se manifestado antes. As manifestações são quase diárias.

Desenvolvimento e memória

Nos anos de 1950, empresários, com o apoio do governo e dos EUA, lançaram uma campanha pela “utilização pacífica da energia nuclear”. Assim, os japoneses acreditaram que necessitavam da energia nuclear para seu desenvolvimento. A luta que surgiu desde princípios dos anos sessenta era contra as armas nucleares e pela indenização das vítimas de Hiroshima e Nagasaki, não contra as centrais nucleares.

Para muitos não havia ocorrido que as bombas atômicas tinham relação com a energia nuclear. Há um ano, uma jovem da terceira geração de uma família vítima de Hiroshima morreu de câncer. A energia nuclear está diretamente ligada a nossa vida atualmente e, por isso, é importante entender sua ameaça.

*Informe-se mais em
www.desinformemonos.org*

Da má educação à revolta social

As e os jovens chilenos não renunciaram ao seu direito a uma educação pública, gratuita e de qualidade, nem à tentativa de desmanchar com “o Chile do possível”.

Edição do texto de Marcelo Zamora

Santiago e Valparaíso, Chile. Do fim da ditadura (1990) a 2010, a “transição política” (segundo a qual o importante era avançar apenas “no que fosse possível”) abriu caminho para a custódia encoberta dos militares e do capital. Nesses 20 anos foi desenvolvido um sistema bipartidário que promove a existência de apenas dois grandes blocos, assegurando ao regime militar e à direita (os impulsores do modelo neoliberal) metade do parlamento. Os grandes temas ficaram parados, sem uma participação cidadã capaz de decidir como queria produzir, se educar, garantir a saúde e participar da vida cívica. O resultado foi a concentração do capital e dos meios de comunicação nas mãos de poucas famílias e de uma elite política de pouca representatividade, em uma economia totalmente aberta ao mercado internacional.

Em 2011 surgiu essa vanguarda com atores tidos como insignificantes, mas que tomaram as ruas e mobilizaram toda a sociedade. O eixo é a educação, e seus protagonistas são os estudantes do ensino médio e universitário, com uma poderosa aprovação de seus pais e de outros milhões que não puderam gastar para se educar.

O sistema do “o possível” começa a cair por terra, porque esses jovens já não acreditam na elite política nem no capital, que lucram com a educação e que fizeram seus pais se endividarem com faculdades caras e de má qualidade. O tema da educação foi além: agora questionam o próprio modelo neoliberal.

A Constituição de 1980, construída pela direita, aprovada por militares e referendada por cidadãos temerosos, impôs definições nas áreas mais importantes: educação, saúde, direitos trabalhistas,



papel das Forças Armadas, etcétera. A educação foi entregue ao mercado diante da suposição de que a concorrência entre escolas públicas e privadas melhoraria sua qualidade. O resultado foi um fracasso brutal e o lucro descarado com o dinheiro público e das famílias.

Já em meados da primeira década do ano 2000, a educação pública tinha menos de 50% dos alunos; as particulares, subsidiadas pelo Estado, tinham a mesma quantidade. Foram criadas inúmeras faculdades particulares com alto custo e com baixa qualidade, com carreiras de baixo investimento e sem futuro de trabalho. As antigas universidades estatais começaram a cobrar tarifas de mercado. As famílias se endividaram com créditos de mais de 20 anos.

A elite política, que pôde estudar com uma educação gratuita de antes dos anos oitenta, justifica tal política e diz que “por uma razão de Estado, a partir de agora os chilenos devem pagar para se educar”. Nosso país é um dos que investem mais recursos em educação, mas mais de 45% desse investimento sai do bolso das famílias.



Tempos incertos estão a caminho. Os estudantes controlam as instituições que estão sem aula e se preparam para se mobilizar, pese a todas as ameaças do governo. Este, conseguiu com que os dirigentes estudantis se sentassem na mesa e faz o impossível para distrair a atenção recorrendo aos meios de comunicação.

Essa parece a história da ditadura e de sua festa televisiva, mas talvez desta vez os e as jovens não se deixem enganar e desmanchem, de uma vez por todas, com o Chile “do possível”.

*Leia o artigo completo em
www.desinformemonos.org*

Em Alberta do Norte, Canadá

Uma caminhada contra a morte e a destruição

A extração de betume, substância derivada do petróleo, provocou a destruição dos bosques de Alberta do Norte. Diante da urgência de salvar as terras e as águas, um grupo de pessoas marchou para evitar que a devastação continue.

Edição do texto de Aidee Arenas, Choo-Kien, Christine Leclerc e Rita Wong

Alberta do Norte, Canadá. Encabeçada por um grupo de anciãos, a segunda Caminhada Anual de Recuperação foi realizada rumo às areias em que as companhias Syncrude e Suncor extraem betume em larga escala. Indígenas e simpatizantes caminharam por 13 quilômetros e juntos bradaram: “Zapata vive, a luta segue!”. A caminhada desbravou a imensidão das terras usurpada dos povos indígenas e agora destruída, vazia e sem vida.

Comunidades indígenas dos arredores vivem em condições similares aos povos pobres da América Latina. Quais são os benefícios da exploração das areias betuminosas para essas comunidades? Marginalizadas pelas políticas canadenses e lutando contra o racismo institucional, o interesse a longo prazo dessas comunidades é minado em troca do privilégio de poucos. Nossas cidades colhem os benefícios temporários provenientes da destruição de suas terras.

Ainda que a contínua e violenta colonização possa ser medida pelos altos índices de câncer nestas comunidades, a resistência e o compromisso pela paz também continuam, como nos últimos 500 anos, por meio de um poder humilde e pacífico baseado no amor por uma comunidade viva e no respeito pela terra que nos deu a vida. É um contraste ético entre as formas de poder que exploram a terra e aqueles que nela vivem. Colonialismo, eurocentrismo e capitalismo matam os indígenas e destroem nossa mãe terra.

Os impactos se estenderam até os rios Athabasca e Fort Chipewyan: as pessoas adoecem pela contaminação da água.



Ocorrem chuvas ácidas em Saskatchewan e a redução da pesca em seu lago. As companhias são responsáveis por pelos menos três dos últimos vazamentos nos oleodutos no Canadá e nos Estados Unidos: a Enbridge derramou três milhões de litros de óleo no arroio Tallmudge e no rio Kalamazoo, em Michigan; quatro milhões e meio de litros de óleo foram derramados no lago Lubicon; mil e quinhentos barris foram derramados perto de Wrigley, nos territórios do noroeste.

Ao redor das terras tóxicas, a vida é simples e acolhedora. As famílias indígenas, no bosque, em seus trailers, decorados com suas artes e com fotos de ancestrais, resistem ao desalojamento e falam sobre a destruição de suas terras: “Nos render não é uma opção”. Berry

Point é uma das terras sagradas que correm risco, por ordem judicial, de ser transformada em um parque de recreação veicular. Os indígenas instalaram um campo pacífico de proteção; a polícia os pressiona para que o abandonem.

No lugar onde reinam a cobiça e a destruição, uma comunidade se reuniu para transformar a devastada zona de areias betuminosas em uma área de solidariedade. Na inspiradora caminhada de recuperação, os caminhantes dividiam a consciência de que a integridade ecológica deveria estar em primeiro lugar. É tão simples e necessário como respirar ar puro e beber água limpa.

Para ler o texto original, visite www.desinformemonos.org

*Desinformémonos hermanos
tan objetivamente como podamos*

*desinformémonos con unción
y sobre todo
con disciplina*

*que, espléndido que tus vastas praderas
patriota del poder
sean efectivamente productivas*

*desinformémonos
qué lindo que tu riqueza no nos empobrezca
y tu dádiva llueva sobre nosotros pecadores
qué bueno que se anuncie tiempo seco*

*desinformémonos
proclamemos al mundo la mentidad y la verdira*

*desinformémonos
nuestro salario bandoneón se desarruga
y si se encoge eructa quedamente
como un batracio demócrata y saciado*

*desinformémonos y basta
de pedir pan y techo para el mísero
ya que sabemos que el pan engorda
y que soñando al raso
se entonan los pulmones*

*desinformémonos y basta
de paros antihigiénicos que provocan
erisipelas y redundancias
en los discursos del mismísimo*

*basta de huelgas infecto contagiosas
cuya razón es la desidia
tan subversiva como fétida*

*garanticemos de una vez por todas
que el hijo del patrón gane su pan
con el sudor de nuestra pereza*

*desinformémonos
pero también desinformemos*

*verbigracia
tiranos no tembléis
por qué temer al pueblo
si queda a mano el delirium tremens
gustad sin pánico vuestro scotch
y dadnos la cocacola nuestra de cada día*

*desinformémonos
pero también desinformemos*

*amemos al prójimo oligarca
como a nosotros laburantes*

*desinformémonos hermanos
hasta que el cuerpo aguante
y cuando ya no aguante
entonces decidámonos
carajo decidámonos
y revolucionémonos.*

Mario Benedetti

